



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

O SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL.

Daphne dos Santos Marra¹
Dalila Maria de Fátima Lisbôa²

Resumo: Este artigo busca relatar a experiência da residência multiprofissional na saúde em Serviço Social. Objetiva compreender a atuação do Assistente Social nesse espaço e fazer uma reflexão sobre a garantia dos direitos à saúde dos usuários. Buscou também compreender a relação da teoria com a prática na garantia dos direitos e a contribuição dos profissionais no processo formativo dos residentes.

Palavras-chave – Atuação Profissional; Teoria; Saúde; Direitos.

Abstract: This paper aims to report on the experience of multiprofessional residency in health in Social Work. It aims to understand the role of the Social Worker in this space and to reflect on the guarantee of users' rights to health. It sought to understand the relationship between theory and practice in guaranteeing rights and the contribution of professionals in the training process of residents.

Keywords: Professional performance; Theory; Health; Rights.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo relatar a experiência de atuação na residência multiprofissional na área da saúde. Ela vem sendo vista como uma formação continuada dos Assistentes Sociais.

O/A Assistente Social, em todos os espaços sócio-ocupacionais, deve pautar sua atuação nos princípios e diretrizes preconizados no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Esses instrumentos têm uma dimensão política e orientam a profissão na defesa de uma sociedade justa e igualitária.

A saúde, sendo uma política de caráter universal e dever do Estado, é um campo de atuação do Assistente Social. Segundo a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080 de 1990) o conceito "saúde" representa “[...] um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990).

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Goiás. E-mail: <daphne.marra@live.com>.

² Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Brasília. E-mail: <daphne.marra@live.com>.

Segundo a citação acima, que afirma a saúde como direito fundamental, devendo o Estado preconizar esse direito, mostra que ela deve ser garantida de maneira universal. Para isso, o Estado deve formular e executar as políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e outros agravos. Para tal, é importante estabelecer condições que assegurem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

É nesse sentido que o/a residente de Serviço Social se faz presente. Essa atuação profissional na política de saúde pressupõe uma atuação emancipadora, que possibilite aos usuários a efetivação dos seus direitos, o desenvolvimento de suas possibilidades e a emancipação humana.

Diante disso, o presente artigo busca colaborar com o processo de discussão sobre a atuação do Serviço Social na política de saúde através do relato de experiência de profissionais nesse campo. A residência profissional, como campo de qualificação, é de suma importância, pois é na prática que o profissional vai compreender como são as garantias de direitos dos usuários.

1. A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E O CONTEXTO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.

A Constituição Federal de 1988 tem um papel fundamental no direito à saúde no Brasil, pois segundo ela no art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Portanto, o que se observa é que todos os usuários têm direito à saúde. Para tanto, essa política deve ser garantida de maneira universal e igualitária. Ela sendo compreendida como direito, deve viabilizar mecanismo que possibilite uma ação integral. Por meio da equidade é assegurado a todo cidadão o acesso à saúde, independentemente de qualquer condição social, cultural, étnica ou religiosa. É por meio da integralidade que a totalidade é reconhecida e isso prevê que a saúde deve ser tratada em todos os níveis de atenção, sem priorização de uma área em detrimento de outra.

A Lei Federal 11.129/05 define a residência como uma modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área da saúde, excetuada a médica.

De acordo com a lei citada, o Serviço Social é abrangido por ela; e ele é uma profissão que deve visar à qualificação profissional. As residências multiprofissionais

são desenvolvidas entre os Ministério da Educação e o Ministério da Saúde em uma atuação em conjunto.

Apesar de ser uma qualificação profissional, ela é desenvolvida na prática, pois os residentes lidam diariamente com os usuários. É importante que esses profissionais tenham conhecimento das leis para possibilitar o próprio acesso nas outras políticas públicas, tais como saúde, assistência social, previdência social, educação, entre outras. O aprimoramento profissional possibilitará uma prática profissional comprometida com os interesses dos usuários e ampliação/consolidação do acesso desses aos direitos sociais.

É importante também que sejam desenvolvidas atividades teóricas que são destinadas à aprendizagem, e essa pode ser tanto de forma individual como em grupo. Essas atividades são orientadas por docentes, preceptores ou convidados, visando à aquisição de conhecimentos teóricos que possibilitem a elaboração de uma atuação técnico-profissional.

As atividades teórico-práticas procuram discutir sobre a aplicação do conteúdo teórico na atuação profissional, durante a qual os discentes são orientados por um outro profissional. É importante que haja discussão de casos para entender como se dá na prática a intervenção do profissional de Serviço Social.

Portanto, a política de saúde é uma área de intervenção e também de formação profissional. Os/As Assistentes Sociais na saúde são requisitados por diferentes demandas. Diante disso, observa-se que a atuação profissional é permeada de contradições postas no seu cotidiano profissional.

Porém, essa atuação deve ser pautada na garantia de direitos condizentes com as orientações éticas da profissão e que fortaleça o compromisso com a classe trabalhadora. Também é necessário que ela seja coerente com os princípios do Projeto de Reforma Sanitária onde preconiza uma saúde de maneira universal.

O Serviço Social tem competência para viabilizar o acesso dos usuários aos serviços, programas e benefícios das políticas públicas, por meio de rodas de conversas com a equipe, identificação da demanda e democratização das informações sobre direitos e deveres dos usuários, entre outros.

É importante que os residentes tenham aportes técnicos, teóricos e metodológicos para a viabilização dos direitos. Os residentes podem promover abordagem individual e coletiva com objetivo de aproximação da situação social do

usuário e visualização de demandas de atendimento; participação de grupos, atendimento multidisciplinar, entre outros.

Essas atividades podem ter um papel importante na inserção desses profissionais nos espaços sócio-ocupacionais. Isso é de suma importância para a formação dos/das Assistentes Sociais. Elas podem ultrapassar a esfera da imediatividade e buscar novas formas de enfrentamento das questões sociais. A participação dos usuários, a democratização das informações e o acesso aos programas da instituição são meios de viabilizar direitos.

É importante que as atividades que são realizadas pelos residentes sejam planejadas e com a supervisão de um profissional responsável pela formação direta. Essa formação se dá na prática juntamente com estudos teóricos. O profissional de Serviço Social que orienta recebe o nome de *preceptor* e é responsável pela formação profissional por meio das atividades relacionadas à prática.

Portanto, a residência multiprofissional configura-se como uma estratégia de formação profissional continuada, em que os profissionais estudam na prática como deve ser sua atuação profissional. Essa qualificação é importante para que os profissionais sejam mais capacitados e consigam atender às demandas que lhes são postas em sua atuação profissional. Essa qualificação é preconizada no Código de Ética do Assistente Social, quando este afirma que é direito do profissional o aprimoramento de forma contínua. Isso dá subsídio para uma atuação profissional qualificada.

Diante disso, é importante relatar a experiência na residência multiprofissional, onde são apresentadas diversas demandas aos profissionais de Serviço Social. Os usuários muitas vezes apresentam diversas questões sociais tais como pobreza, exclusão social, violência, negligência, falta de informação, entre outras.

Isso mostra que, tanto as políticas públicas quanto os profissionais, que trabalham nesse âmbito, necessitam passar por uma transformação cujo objetivo seja garantir os direitos desses usuários. A saúde é um campo de atuação em conjunto com diversas outras políticas, tais como previdência social, assistência social, educação, entre outras.

É importante garantir que ela seja universal e que esteja em consonância com as outras políticas, que esse trabalho seja em rede, pois só assim os direitos dessas pessoas serão garantidos. Muitas vezes, o ambiente hospitalar se torna hostil, pois além do processo de adoecimento estão presentes diversas vulnerabilidades.

Mesmo o residente sendo um profissional em formação, ele pode ter uma atuação importante na saúde. Ele deve compreender as leis que garantem as políticas públicas, o acesso a essas políticas, bem como ter uma escuta qualificada para compreender as demandas dos usuários.

É importante que o residente estabeleça um vínculo com os usuários, família e comunidade, sempre pautando pelo respeito, ética e responsabilidade no cuidado à saúde. Deve ser desenvolvida uma prática humanizada e com excelência.

A residência foi desenvolvida na área de atenção ao câncer no Instituto Hospital de Base no Distrito Federal (IHBDF) e no Hospital de Apoio de Brasília (HAB). Esses eram dois cenários onde trabalhavam diretamente com pacientes com neoplasia maligna. Muitos desses usuários eram oriundos de outros Estados da Federação, onde não conseguiam fazer o tratamento adequado.

No Instituto, o trabalho era com pacientes que ainda tinham uma possibilidade de cura, porém, muitas vezes a doença era descoberta tão tardiamente que esses pacientes não resistiam e faleciam antes da conclusão do tratamento.

Os benefícios mais procurados eram os previdenciários ou o Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS. Quando ao paciente estava assegurado o acesso ao benefício tudo era facilitado, mas muitos, por falta de informação, perdiam essa qualidade. O outro era o BPC/LOAS, onde eram dadas as informações de acesso. O que observa é que o acesso ao BPC/LOAS é dificultado por diversas questões, tais como marcação de perícia, demora do resultado e os pacientes com neoplasia falecem sem ter o direito garantido.

As demandas que eram apresentadas aos residentes eram principalmente o acesso às políticas da assistência social. Muitos usuários não trabalhavam devido à neoplasia maligna e procuravam o Serviço Social para terem acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

Era observada a falta de informação dos usuários, e isso impossibilitava que eles tivessem acesso a diversos direitos. Nota-se a importância do papel socioeducativo do profissional de Serviço Social e de outros profissionais, pois isso pode acarretar vários problemas para os usuários e, principalmente, agravar-lhes a situação de saúde.

Como se observa, a saúde é permeada por diversas outras políticas. Dar condição para o acesso é garantir direitos e possibilitar que usuário seja atendido de maneira universal e integral.

Nesse âmbito, também eram apresentadas outras demandas. Eram realizados encaminhamentos para o Centro de Referência em Assistência Social para solicitação

de auxílio vulnerabilidade, pois alguns usuários estavam em situação de extrema pobreza, o que dificultava um tratamento mais eficaz.

Apesar das dificuldades existentes, os outros profissionais compreendiam a importância do Serviço Social na garantia de direitos. Era desenvolvido um trabalho interdisciplinar juntamente com os outros profissionais, tais como psicólogo, nutricionistas, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, farmacêuticos e o Serviço Social. Esse aporte profissional contribuía para minimizar as sequelas da questão social.

O trabalho interdisciplinar é de extrema importância, porém são necessários conhecimentos das leis e das políticas públicas para garantir direitos. Segundo o Código de Ética do Assistente Social, é necessário que o profissional de Serviço Social desenvolva um trabalho interdisciplinar juntamente com os outros profissionais que defendem os princípios dessa legislação.

O outro cenário era no Hospital de Apoio. Nesse hospital, os pacientes já estavam em cuidados paliativos exclusivos na internação. Esses cuidados paliativos são quando o usuário já não tem mais tratamento modificador da doença, tais como quimioterapia, radioterapia ou intervenção cirúrgica. Os cuidados paliativos visam o conforto do paciente, de maneira que tenham uma morte tranquila. Nesse momento, é possibilitado ficar mais com os familiares, buscar mais prazer no que gosta de fazer e o/a Assistente Social é de suma importância nesse momento, pois muitos usuários apresentam aflição em relação aos direitos que possuem e aos quais não tiveram acesso durante o tratamento.

As demandas nesse cenário eram mais pontuais. Geralmente, são concessões de aposentadoria por invalidez, pensão por morte para esposa e filhos, sepultamento social e entre outros. Mesmo assim, é importante ressaltar que os cuidados paliativos visam a dignidade humana. O atendimento na multiprofissional busca o respeito as diversas dimensões dos usuários.

Muitos usuários chegam aos cuidados paliativos exclusivos sem ter a possibilidade de acesso aos direitos no início do tratamento. Nota-se que é necessário que o profissional que inicia o atendimento ainda quando a doença está sendo descoberta, desenvolva um papel socioeducativo junto aos usuários.

Manter o usuário bem informado é de suma importância, pois caso o tratamento não modifique a doença, ele vai ter resolvido questões burocráticas que o afligem ao longo do tratamento. Ao contrário do que pensam, quando um paciente está em cuidados paliativos exclusivos, ele ainda possui diversos direitos. Essa condição de cuidados paliativos exclusivos o elege para que ele compreenda todo o processo da doença.

Existiam também os ambulatórios. Nesses, os usuários não estavam internados e o trabalho era interdisciplinar. Eles desenvolviam um atendimento com diversos profissionais tais como médico, enfermeiro, assistente social, terapeuta ocupacional, nutricionistas, farmacêutica e entre outros. Nesse espaço, os residentes também desenvolviam um trabalho junto aos usuários, pois sempre são apresentadas as demandas e são dadas as devidas orientações.

É necessário que os profissionais de serviço social que atuam em cuidados paliativos exclusivos baseados no projeto profissional, sejam profissionais críticos, propositivos, que valorizem o sujeito em sua totalidade, ainda que compreenda que o usuário atendido vivencie uma doença que ameace a vida. Diante disso, é importante uma atuação norteada por compromisso éticos e políticos que contribuam com a radicalização da democracia, da liberdade e da cidadania.

Como é observado, o papel socioeducativo que o profissional de Serviço Social desenvolve é de suma importância, pois é ele que vai garantir os direitos dos usuários. É necessário compreender tanto as leis quanto as políticas públicas existentes e também é necessário que o profissional busque um trabalho em rede juntamente com as outras políticas.

O/A Assistente Social deve estar sintonizado com as mudanças para problematizar suas reais possibilidades e buscar a transformação da realidade. É necessário desenvolver um trabalho de conscientização dos usuários para que eles busquem alternativas e estratégias para transformar a realidade no qual estão inseridos.

CONCLUSÃO

A residência multiprofissional exerce uma grande contribuição na formação profissional do/da Assistente Social. Essa formação deve ser de maneira contínua e deve contribuir para a viabilização de direitos. Quanto à atuação profissional, é importante destacar que sua relação com a comunidade na política de saúde deve fortalecer um papel socioeducativo no qual os usuários tenham conhecimento dos seus direitos e deveres.

É importante ressaltar a residência como processo de formação profissional, pois ela possibilita a participação como construção de novas alternativas para a formação. A inclusão dos usuários onde sejam ouvidas as demandas deles também é um canal no processo de aprendizagem.

Mesmo sendo um espaço de formação, a residência já propicia aos novos profissionais aptidão para desenvolver uma atuação profissional qualificada. A residência constitui uma modalidade de formação, na prática, onde são realizados atendimentos e também estudos tanto no individual quanto no coletivo. O estudo individual é aprendido sobre a profissão. O debate contemporâneo, as discussões dentro do âmbito acadêmico e profissional, entre outros. Já o estudo coletivo visa a discussão de temas comuns, que abrangem todas as áreas de conhecimento.

Nota-se que a residência, apesar de ter uma carga de trabalho exaustiva, pois são 60h semanais, fornece um aprendizado muito importante. Ela também é uma forma de o residente obter recursos financeiros para dar continuidade à formação profissional.

Ao se inserir no ambiente profissional, mesmo sendo ainda para o processo de formação, é importante que o residente tenha como perspectiva a totalidade que envolve o usuário. A sociedade tem sido compreendida a partir de recortes e fragmentos, e as políticas sociais estão distantes de ser universais. Pauta-se por políticas sociais compensatórias, seletivas e focalizadas nos mais pobres, para quem são desenvolvidas ações pontuais.

O profissional de serviço social deve ser capaz de atuar de maneira ética nos cuidados paliativos. Deve respeitar a autonomia do sujeito e fazer uma reflexão das ações desenvolvidas. É importante que seja uma ação sem preconceitos e com compromisso com os usuários e que compreenda que a relação com os usuários e com os profissionais é com a perspectiva de garantir os direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Resolução da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS n. 2, de 13.04.2012.

_____. Lei n 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 19 set. 1990